

QUÉ ARCO, TARCO OU QUÉ QUI MÓI?

Eliana Pitombo Teixeira

Prof. Assistente do Dep. de Letras e Artes

RESUMO - *Centrando-se no estudo da fonologia portuguesa, a autora tenta explicar a motivação para certas formas fonológicas típicas da linguagem popular. O artigo mostra ainda as relações entre língua e sociedade, como também, entre variação e mudança lingüísticas.*

ABSTRACT - *By focusing on the study of Portuguese phonology, the author tries to explain the motivation for some phonological forms which are common in popular speech. The article also shows the relationship between language and society, as well as between linguistic variation and change.*

A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros. Vinha da boca do povo, da língua errada do povo língua certa do povo, porque ele é que fala gostoso o português do Brasil.

Manuel Bandeira

1 INTRODUÇÃO

“Qué arco, tarco ou qué qui mói?” – pergunta o barbeiro a seu cliente numa pequena localidade do interior ou num bairro periférico de uma das tantas capitais brasileiras.

Este é, na verdade, um dos muitos clichês que identificam a fala das chamadas classes sociais baixas e é particularmente interessante, por reunir numa só frase a pronúncia das consoantes *r*, *l* e *lh*.

O que há de comum entre esses sons? São todos eles consoantes denominadas líquidas pelos gramáticos da Antigüidade que comparavam o seu som ao fluir da água. São eles, pois, sons leves, fracos, frouxos, ou seja, de natureza pouco consonantal. Vale lembrar que o *r* e o *l* pertencem ao limitadíssimo conjunto de consoantes que podem figurar em final de sílaba em português¹, língua em que a estrutura silábica CV (consoante + vogal) é muito recorrente.

2 ESTÓRIAS

Uma das estórias (ou melhor, pré-conceitos) mais conhecidas sobre a linguagem é aquela que diz existirem dialetos melhores que outros. É comum ouvirem-se frases do tipo: no Maranhão, fala-se o melhor português; o dialeto falado pelas

classes sociais baixas é sempre eivado de erros; o português europeu é mais puro do que o do Brasil, ou ainda, o Lula não sabe português.

Uma vez colocadas as estórias, vamos deixá-las entrar por uma perna de pinto e sair por uma perna de pato e vejamos um pouco da história da língua portuguesa.

3 UM POUCO DE HISTÓRIA

GLADSTONE CHAVES DE MELLO (1971) observa que “apesar da imensidade do território e das dificuldades de comunicação a nossa fala plebéia apresenta (...) apreciável uniformidade”.

Como explicar essa uniformidade? Uma hipótese tem sido considerar esse tipo de falar uma espécie de vestígio de uma língua crioula que teria se desenvolvido à época da colonização do Brasil. Esse crioulo, posteriormente descuioulizado, conservou certas marcas que se fixaram na fala das populações socialmente desprestigiadas.

Uma segunda hipótese, que não é conflitante com a primeira, fundamenta-se na teoria da fonologia natural, desenvolvida por STAMPE (1973). Esse lingüista postula a existência, ao lado de regras adquiridas, de processos naturais inatos responsáveis pela aquisição de qualquer língua. Esses processos são chamados naturais, porque são mental e fisiologicamente motivados, i.e., exigem menos esforços dos mecanismos neural e fisiológico do homem, produzindo, portanto, cadeias sonoras mais fáceis de serem articuladas. Assim, são abundantes, na fase de aquisição de linguagem – quando o aparato psicofisiológico da criança se encontra em desenvolvimento – processos de simplificação, como, assimilação (modificação de um som em direção a um som vizinho; cf. as formas [papatu] e [susu], para as palavras sapato e sujo, respectivamente)², a inserção e a eliminação de segmentos. Esses dois últimos tipos de processos modificam a estrutura da sílaba, desfazendo grupos consonantais (como no caso de [patu] para a palavra *prato* na linguagem infantil, e [pblema] para *problema*, na linguagem popular) ou eliminando consoantes em final de sílaba, levando, assim, à estrutura silábica universalmente preferida – consoante + vogal.

Todos esses processos exemplificam e explicam a uniformidade da fala popular, assinalada por Chaves de Mello.

As chamadas classes baixas – hipotetiza NOVIS (1983) – porque imunes às influências ideológicas e às pressões da língua escrita, utilizam, em ampla escala, os processos naturais inatos.

A hipótese dos processos naturais pode reforçar a hipótese do vestígio crioulo vez que este tipo de língua tem a sua origem em um *pidgin* – língua de emergência, criada quando falantes de várias línguas mutualmente ininteligíveis são forçados a se comunicarem. Dá-se, então, uma mescla das línguas envolvidas no contato. As características mais marcantes desse tipo de mescla são a redução e simplificação drásticas em todos os níveis da gramática. Conseqüentemente, os processos naturais inatos devem ser aí superacionados.

Vejamos alguns desses processos ao longo da história da nossa língua.

O som representado graficamente por *lh* (foneticamente [λ]) não existia no latim. Surgiu na língua portuguesa nos ambientes em que o *l* latino é seguido da vogal *i*; por exemplo, lat. *fillium* passou a port. *filho* por um processo de assimilação: o [l] assume o ponto de articulação do [i], transformando-se em [ɫ].

Este mesmo processo ocorreu na passagem do latim para o francês. Mais tarde, o [λ] do francês foi vocalizado, i.e., transformado na semivogal [y] também por um processo assimilatório. Em suma, no francês, pronuncia-se a palavra *fille* [fiy] de modo semelhante a filha ([fiye] no português popular - a consoante é realizada como semivogal. Em português, este tipo de pronúncia ficou confinado à população não-escolarizada e foi estigmatizado, enquanto que no francês foi difundido e aceito pela sociedade como um todo, reestruturando, assim, o sistema fonológico da língua.

Cerca de quarenta anos atrás, a norma era pronunciar os *l*'s finais de sílabas. Em 1955, Antenor Nascentes observa: "O *l* final é pronunciado levemente pela classe culta. Os pedantes exageram-no. A classe semiculta vocaliza-o diante de *a*, *e* e *i* num *u*, vogal que tem em comum com ele a qualidade de velar". Assim, tinham-se as formas [bɾɫɪt] e [bɾɫaziw] para a classe culta e para as classes sociais intermediárias, respectivamente.

Hoje, o processo de vocalização se difundiu também pela classe culta. Note-se, assim, que na língua padrão operou-se um processo de simplificação de sílaba quando a consoante [l] foi vocalizada num [w]. Esta tendência a sílaba aberta (terminada em vogal) é também observada na linguagem popular na qual o [l] é eliminado; ex. *animal*, pronunciada [animá].

No português arcaico, Fernão de Oliveira, autor da primeira gramática da língua portuguesa (1536), atesta formas variantes igualmente aceitas, tais como, *glória* ≈ *grória*, *blando* ≈ *brando*. O rotacismo (transformação do *l* em *r*) parece ser uma tendência natural da língua, já que um grande número de palavras latinas começadas pelo grupo consoante +l evoluíram para consoante +r no português.³

Pesquisas recentes na área da sociolinguística quantitativa⁴ têm revelado uma tendência à eliminação dos *r*'s em final de palavra na fala do brasileiro. Dentre estes estudos destacamos o de VOTRE (1978) que, a partir de um *corpus* constituído de gravações de fala de alfabetizando adultos (mbralenses) e de universitários do Rio de Janeiro, concluiu que a não preservação do *l* final é uma regra pandialateral, i.e., independe de fatores sociais tais como, idade, sexo, classe social e nível de escolaridade, e o de OLIVEIRA (1983) que, ao analisar um *corpus* reunindo quatro estratos sociais de Belo Horizonte, chega a uma conclusão idêntica.⁵ É incorreto, portanto, identificar ausência de *r* final com a fala plebéia.

A pronúncia desviante das palavras na frase "Qué arco, tarco ou qué qui mói?", são, pois, o resultado da atuação de processos de simplificação, ditos naturais, utilizados hoje por certas comunidades de fala que, em alguns casos, estão presentes na língua desde a sua fase arcaica. A identificação de tais formas com a classe social dos falantes que a usam categoricamente, i.e., como única forma que utilizam independentemente do estilo de fala empregado em situações distintas de comunicação, levaram-nas à estigmatização.

Cabe aqui uma reflexão sobre o poema de Bandeira que serve de epígrafe a este artigo: 'Língua certa', sim, na medida em que atende às necessidades comunicativas dos grupos que a usam.

4 NADA SERÁ COMO ANTES

A despeito da imagem estática que da língua construímos, ela está continuamente mudando. Essas mudanças ocorrem de forma lenta e gradual, pressupondo o uso alternativo de formas lingüísticas variantes. A coexistência dessas formas imprime às línguas um caráter heterogêneo, que não é exclusivo da linguagem, mas estende-se a qualquer tipo de comportamento humano. Os comportamentos são então julgados adequados, ou não, pela sociedade.

Como os grupos inovadores – aqueles que iniciam as mudanças – são, em geral, as classes sociais intermediárias (classe média baixa e operários qualificados, cf. LABOV, 1972a), os letrados tendem a evitar as novas formas, classificando-as de *erradas*, *grosseiras* ou *inadequadas*. Essa atitude é reforçada pela escola, propagadora de normas gramaticais padrão, cujo modelo é, sobretudo, a língua escrita (mais conservadora) de uma elite cultural, fechando-se, desse modo, o círculo.

Os juízos de valor a respeito do comportamento lingüístico não só podem levar à reprovação de estudantes, à perda da chance de bom emprego, ao riso de mofa entre os pares, ao rompimento de relações amorosas ou até mesmo à derrota nas urnas, como também são responsáveis pela manutenção da norma culta – a língua de paletó e gravata – que assegura a unidade, provoca a impressão de permanência e funciona como uma força contrária à inovação.

Assim, pode-se afirmar que uma língua histórica é uma convenção pública que se define pela tensão permanente entre inovação e conservação.

Mudanças de valores refletidos em mudanças nas relações sociais têm o efeito de eliminar o estigma, levando as classes mais altas a adotar formas lingüísticas antes consideradas indesejadas, substituindo, paulatinamente, as antigas formas. Quando as variantes inovadoras atingem um estilo de fala mais formal, esvaziando-se de qualquer significação social, está completada a mudança. Este é o caso da vocalização do [l] que, ao difundir-se pelas classes sociais altas, transformou-se na norma padrão, perdendo o seu *status* de marcador social.

No dizer do lingüista romeno Eugenio COSERIU (1979), as línguas mudam porque são criações do homem. Este, enquanto criador, tem o direito e a possibilidade de recriá-las a cada instante. Portanto, em matéria de língua, nada é *'imexível'*. É provável que formas hoje consideradas desviantes venham a se constituir, mais tarde, na norma da língua portuguesa. Enquanto isso não acontece, *deixe que digam, que pensem e que falem*.

NOTAS

- ¹ Além do *r* e do *l* (realizado com [w] ocorrem, também, em final de sílaba, o arquifonema fricativo /S/ e o arquifonema nasal /N/ (nas chamadas vogais nasais). Cf. CAMARA Jr., 1970.
- ² Nessa última forma, o [s], sibilante, passa a [ʃ], chiante, por interferência da consoante [ʒ] também chiante.
- ³ Note-se que a troca de *l* pelo *r* é também muito comum na fala da criança na fase de aquisição da linguagem.
- ⁴ A sociolinguística quantitativa, também conhecida como Teoria da Variação, estuda fenômenos evolutivos a partir de uma abordagem sincrônica. Ela tem como objetivo central observar o comportamento lingüístico de grupos de falantes de faixas etárias distintas para poder detectar mudanças em progresso.
- ⁵ Este fato foi também constatado num trabalho desenvolvido pelos alunos da disciplina Lingüística II (1991.2) do curso de Letras da UEFS, com universitários feirenses de ambos os sexos e de duas faixas etárias distintas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CÂMARA JR., J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972a.
- MELLO, Gladstone C. de. *A língua no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- NASCENTES, Antenor. *O Linguajar Carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- NOVIS, Ivone A. *A naturalidade na fala de Patativa do Assaré*. Salvador: UFBA, 1983. 112p. Dissertação (Mestrado em Letras, Faculdade de Letras, Universidade Federal da Bahia).
- OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da Linguagem Portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional, 1975.
- OLIVEIRA, Marco Antonio. *Phonological variation and change in Brazilian Portuguese: the case of the liquids*. Pennsylvania 1983. 270p. Tese de Doutorado.
- STAMPE, David. *A dissertation on natural phonology*. Illinois: University of Chicago, 1973.
- VOTRE, Sebastião J. *Aspectos da Variação fonológica na fala do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 170p. UFRJ, 1978. Tese (Doutorado em Letras).